



RELATÓRIO & CONTAS 2018

 Rua da Macaronésia, Achada Grande Frente, C.P. 113

 (+238) 261 41 50 | Fax: (+238) 261 42 09

 www.incv.cv

 **INCV**

RELATÓRIO E CONTAS - 2018

Imprensa Nacional de Cabo Verde, abril de 2019

ÍNDICE

Índice de gráficos	III
Índice de Figuras	III
Lista de abreviaturas e seus significados	IV
Mensagem do Presidente	2
1. ENQUADRAMENTO	3
2. CORPOS SOCIAIS	4
2.1 Estrutura dos corpos sociais	4
2.2 Composição dos órgãos sociais	4
3. ORGANIGRAMA DA INCV	5
4. RECURSOS HUMANOS	6
5. PRODUÇÃO	8
5.1. Produtos Acabados e Intermédios	8
5.2. Boletim Oficial	8
6. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA	10
6.1 Resultados	10
6.2 Estrutura Financeira e Patrimonial	10
6.3 Alguns Indicadores e Rácios	12
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	15
9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
9.1 Balanço em 31 de dezembro de 2018	16
9.2 Demonstração de Resultados por Natureza	17
9.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa	18
9.4 Demonstração das Alterações de Capital Próprio	19
10. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
ANEXOS	11
ANEXO 1: Relatório e Parecer do Auditor Externo	12
ANEXO 2 : Parecer do Fiscal Único	13

Índice de gráficos

Gráfico 2 - Evolução da produção do Boletim Oficial entre 2018 e 2016	9
Gráfico 3 -Variação da estrutura de Balanço entre 2018 e 2017	11
Gráfico 4 - Variação da Autonomia Financeiro, Endividamento e Solvabilidade entre 2018 e 2017 ..	12
Gráfico 5 – Variação da Liquidez geral, Reduzida e Imediata entre 2018 e 2017	13

Índice de Figuras

Figura 1 - Organigrama.....	5
-----------------------------	---

Lista de abreviaturas e seus significados

AFT – Ativo Fixo Tangível

AI – Ativo Intangível

BCV – Banco de Cabo Verde

BO - Boletim Oficial

CA – Conselho de Administração

DAF – Direção Administrativa e Financeira

DC – Direção Comercial

DP - Direção de Produção

EBIT - Earnings Before Interest ante Taxes

EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

EBT - Earnings Before Taxes

ERP–Enterprise Resource Planning

INCV – Imprensa Nacional de Cabo Verde

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IUR – Imposto Único sobre Rendimento

IVA – Imposto Sobre Valor Acrescentado

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PCA – Presidente do Conselho de Administração

PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários

RA – Reforma Antecipada



Rua da Macaronésia, Achada Grande Frente, C.P.113; Praia - Cabo Verde
Tel.: (+238) 261 21 45/ 41 50; **Fax:** (+238) 261 42 09; **E-mail:** incv@incv.cv; **Web:** www.incv.cv

Excelentíssimos Senhores,

Nos termos da Lei que rege o Sector Empresarial do Estado¹e dos Estatutos² da Imprensa Nacional de Cabo Verde, S.A., vimos submeter, à vossa apreciação, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e o Anexo às Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício de 2018.

¹Lei n.º47/VII/2009 de 7 de Dezembro, B.O. da Republica de Cabo Verde, n.º46, Iª Série, pág. 985

²Decreto-Lei n.º3/2011 de 3 de Janeiro, B.O. da Republica de Cabo Verde, n.º1, Iª Série, pág. 42

Mensagem do Presidente

A Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA. é uma empresa pública, dotada de uma rica história, que coincide, em parte, com a história nacional.

Com efeito, afigura-se não só uma das unidades produtivas mais antigas do território nacional, como também um símbolo da identidade do povo cabo-verdiano.

Ao longo da sua existência, a INCV tem conhecido épocas de uma grande áurea, mas também de dias difíceis na organização, sendo a congregação de esforços e sinergias de todos os colaboradores, aliada a uma aposta na formação contínua e especialização dos recursos humanos, bem como no apetrechamento crescente do seu parque industrial, a fórmula para o crescimento sólido e o desenvolvimento sustentável da empresa.

Nesta senda, é com grande satisfação que a Administração constata, face aos resultados obtidos, que o ano de 2018 foi assinalável, muito em virtude da fórmula acima reproduzida, onde o profissionalismo dos colaboradores assume destaque acentuado.

Pretendemos continuar, nos próximos anos, a ser uma unidade de produção de referência no mercado nacional, consolidando os ganhos já obtidos, sem, no entanto, temer a expansão do negócio, de forma a acompanhar os avanços tecnológicos e científicos e dar respostas positivas à demanda do Estado e da sociedade cabo-verdiana.

Precisamente, atenta às necessidades do país de dar respostas a uma sociedade que exige cada vez maior mobilidade e segurança, a INCV vai avançar para a implementação de uma gráfica de segurança credível quer no plano nacional, quer no palco internacional.

Trata-se do maior objetivo da INCV nos próximos anos, cuja concretização dependerá indubitavelmente do engajamento e da determinação de todos os atores da vida da empresa, de todos aqueles que direta ou indiretamente contribuem para o bom desempenho da empresa, para o seu sucesso.

Neste sentido, termino com uma palavra de reconhecimento e de incentivo a todos os colaboradores, perspetivando um percurso sólido e crescente à empresa e à família INCV.

Dr. Miguel Hochimini Almeida Pires Semedo

1. ENQUADRAMENTO

De acordo com o Relatório Anual de 2017 do BCV que, a performance da economia nacional em evidencia sinais de reforço do ciclo de retoma. Não obstante, o fortalecimento da sua capacidade produtiva e de resiliência a choques exógenos, nomeadamente aos ciclos económicos da Europa.

A a economia da Zona Euro, como principal parceiro comercial e financiador do país, cresceu em termos reais 2.37% (2016: 1.7%), impulsionado pelas dinâmicas das exportações, do consumo privado e dos investimentos residenciais e empresariais, contínua melhoria das condições no mercado de trabalho e do aumento da rentabilidade das empresas, refere o mesmo relatório.

Um outro mercado importante para a economia nacional, economia dos EUA, manteve a dinâmica de revitalização, registando crescimentos em volume de 2,6% e 2,9%, no primeiro e segundo trimestres do ano, respetivamente.

A inflação média anual mantém-se fixa em 1,1% desde abril, tendo o crédito à economia registado um aumento, entre dezembro de 2017 e agosto de 2018, de 2,5. Ainda o mesmo relatório, refere que, os preços de maior parte das classes que compõem o índice de preços no consumidor, registaram um aumento, tendo as de rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis e de transportes observado as taxas de inflação média anual mais significativas, ambas em torno dos 3%.

De uma forma geral, as expetativas do Banco de Cabo Verde para o final do ano, convergem para um cenário de crescimento económico em 4,5% e uma inflação média anual de 1,3%, considerando o impato na dinâmica da economia nacional da performance globalmente benigna do enquadramento externo.

2. CORPOS SOCIAIS

2.1 Estrutura dos corpos sociais

A Imprensa Nacional de Cabo Verde possui os seguintes corpos sociais:

- i. Assembleia Geral, cujas competências são exercidas através da Direção Geral do Tesouro, em representação do único Acionista – Estado de Cabo Verde;
- ii. Conselho de Administração, composto por três membros, sendo dois com funções executivas e um não executivo;
- iii. Fiscal Único – Responsável pelo controlo da legalidade e da boa gestão financeira e patrimonial da empresa, tendo sido instituído em junho de 2018.

2.2 Composição dos órgãos sociais

- i. Assembleia Geral:
- ii. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é constituído por três elementos, conforme o quadro a seguir:

Cargo	Nome	Pelouro
PCA	Dr. Miguel Hochimini A. Pires Semedo	Cooperação, Jurídico, Finanças e Cobrança
Administrador Executivo	Eng.º Margarito Augusto B. Martins Tavares	Produção, Recursos Humanos, Marketing e Comunicação
Administrador Não Executivo	Dr. Vitalzinho Vieira Landim	Coadjuva nas áreas de Produção, Financeira e Comercial

- iii. Fiscal Único : Dr. Bruno Lopes

3. ORGANIGRAMA DA INCV

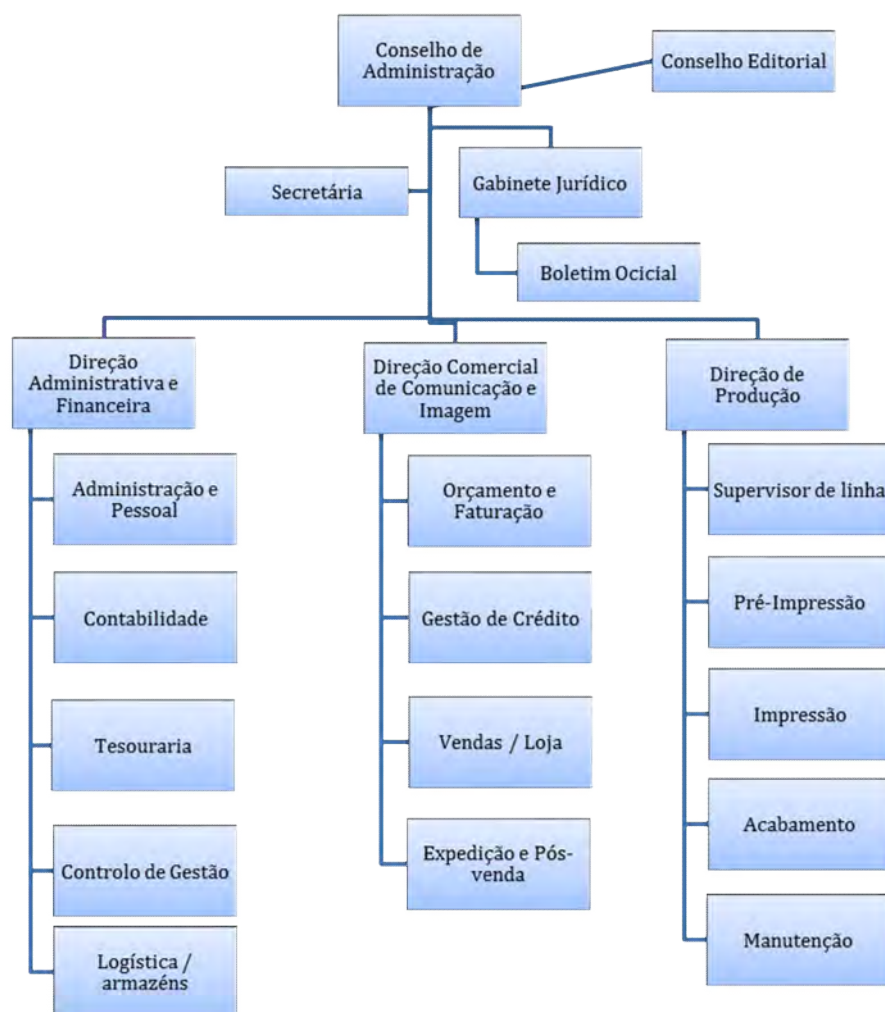


Ilustração 1

Figura 1 - Organigrama

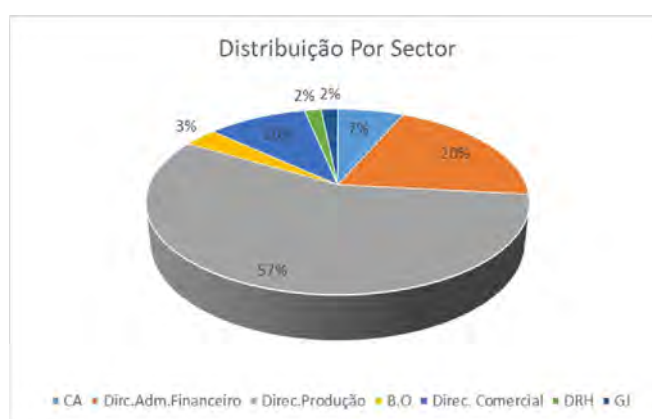
4. RECURSOS HUMANOS

Concernente aos Recursos Humanos, o ano de 2018 foi muito particular, na medida em que foi concluída o processo de Reforma Antecipada especial a um número significativo de trabalhadores da Imprensa Nacional de Cabo Verde, regulada pelo Decreto-lei nº 3/2018, de 9 de janeiro.

No início 2018, a empresa contava com 60 (sessenta) trabalhadores e deste universo, 48 (quarenta e oito) ou 80% representavam o sexo masculino e os restantes 12 (doze)/20%, o sexo feminino.



Conforme traduz o quadro abaixo, mais de metade (57%) compunham a Direção de Produção, seguido da Direção Administrativa e Financeira com 20% e a Comercial com 10%. Os restantes trabalhadores estavam distribuídos pelo Conselho de Administração (7%), Boletim Oficial (3%) e os Recursos Humanos e Gabinete Jurídico (2%), respetivamente.



Relativamente ao quarto trimestre de 2018, após a concretização de RA dos 21 trabalhadores e com algumas mobilidades internas, acolhimento de estagiários e contratações cirúrgicas, impostas por

novas e exigentes necessidades, deparamos com um novo cenário em termos de números e distribuição de capital humano.

A empresa passou a contar com 47 trabalhadores. Houve um ligeiro aumento do número de mulheres, agora representando 32% dos trabalhadores e uma diminuição de 80 para 68% de trabalhadores do sexo masculino.



Quanto a distribuição dos colaboradores por direções, conforme ilustra o gráfico que se segue, podemos constatar que não obstante, a maior parte dos trabalhadores que agregaram a RA estarem afeto ao setor fabril, este continua a liderar com 38% do número de trabalhadores. Houve um aumento percentual no tocante ao gabinete jurídico, antes boletim oficial.



Ainda, alusivo a último trimestre de 2018, no que se à distribuição de pessoal de acordo com a categoria profissional, constata-se que a maior percentagem é representada pelos técnicos de artes gráficas (42%), seguido dos técnicos superiores (35%).

5. PRODUÇÃO

5.1. Produtos Acabados e Intermédios

A atividade gráfica tem, por um lado, em articulação com os outros sectores, como principal objetivo desenvolver e fornecer soluções gráficas de acordo com necessidades dos clientes e, por outro, acompanhar a dinâmica do mercado, nacional e internacional, visando sempre a fidelização dos nossos os seus clientes e garantir a sustentabilidade da empresa e médio e longo prazos.

O Ano 2018, em comparação com os anos anteriores, foi atípico para a Direção de Produção na medida em que foram impressos os manuais escolares em regime parceria com as gráfica nacionais (Tipografia Santos e Gráfica da Praia) e internacionais (Imprensa Nacional Casa da Moeda).

Relativamente ao equipamentos de impressão e acabamento, houve melhoria na política de manutenção e aquisição de máquina novas, sendo uma Guilhotina e uma Máquina de colocar Capa mole.

De referir que, produtos como livros, cadernetas, cartões, bilhetes de identidade, cartazes, folhetos, desdobráveis, revistas e, serviços associados ao BO, continuam a representar o peso significativo na carteira de produtos da Unidade Gráfica. O gráfico a seguir ilustra em quantidades as ordens de fabrico transformados e as ordens de fabrico executadas em comparação com o ano anterior.

5.2. Boletim Oficial

O desenvolvimento das atividades de publicações oficiais passa, fundamentalmente, pela gestão da edição da Iª e IIª Séries do Boletim Oficial (B.O.), visando a garantia da distribuição do mesmo produto/serviço a nível nacional e internacional, e prestar assistência a todas as pessoas, singulares ou coletivas, que consomem este produto, de forma eficiente e eficaz.

A organização do Boletim Oficial é determinada pelo Decreto-lei n.º8/2011 que Regula a organização do Boletim Oficial no que tange ao acesso e pagamento. O Decreto-Lei nº60/2016 de 18 de novembro determina que, a partir de 01 de janeiro de 2017, a edição eletrónica do Boletim Oficial

será de acesso universal e gratuito e que qualquer ato, independentemente, da sua natureza e entidade emitente será sujeito a pagamento.

O gráfico a seguir ilustrado, mostra-nos a evolução da edição do Boletim Oficial no período 2016 - 2018, em termos de edições, páginas e série.

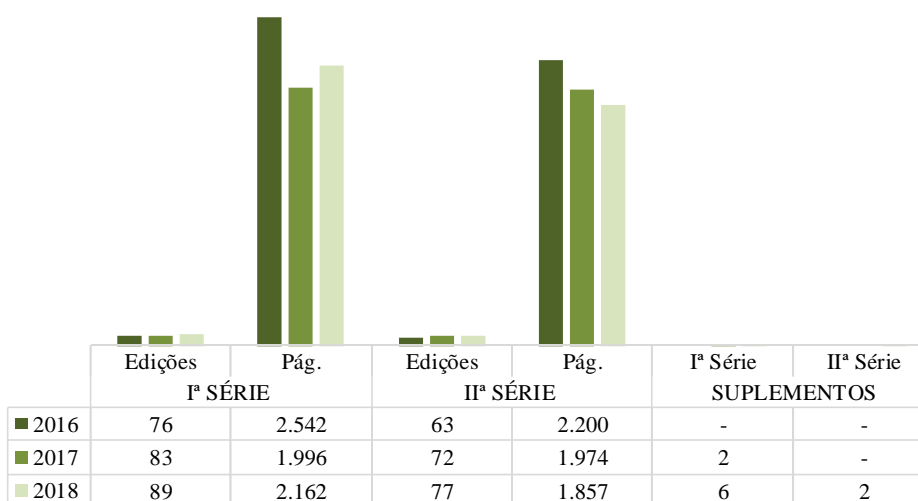


Gráfico 1 - Evolução da produção do Boletim Oficial entre 2018 e 2016

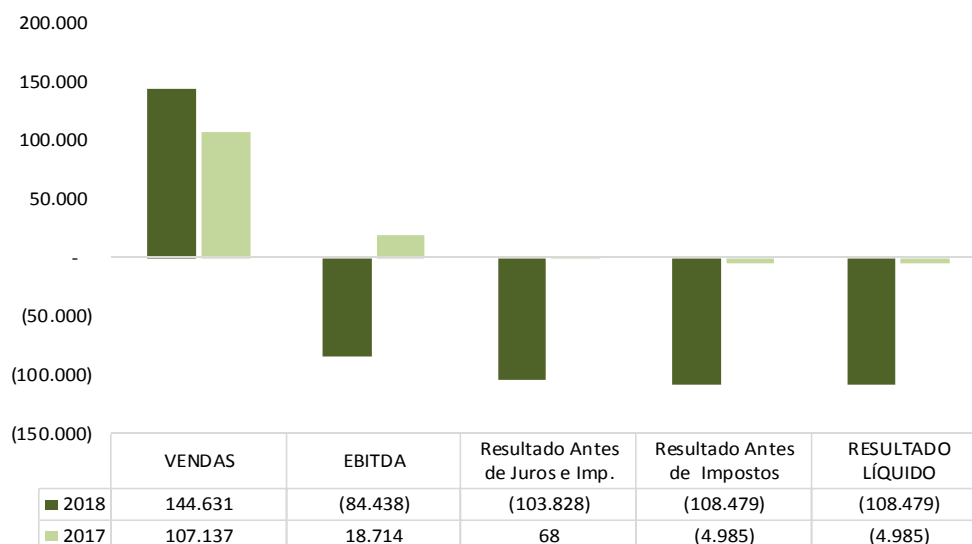
O gráfico acima mostra que, em comparação com ano 2017, verifica-se um aumento do número de edições, tanto da Iª como da IIª Série, 7% (2016/17 foi de 9%) e 7% (2016/17: 14%) respetivamente.

A publicação das empresas criadas no dia, através do produto “Empresa no Dia” da Casa do Cidadão de Cabo Verde é feita através do site www.incv.cv. Ainda, continua em vigor o protocolo assinado em dezembro de 2012, entre a INCV e a Direção Nacional dos Registos Notariados e Identificação (DGRNI), visando a remessa de documentos sujeitos a publicação no boletim oficial pela DGRNI.

6. ANÁLISE ECONÓMICA-FINANCEIRA

6.1 Resultados

O Resultado Líquido, em 31 de dezembro de 2018, negativo em mESC 108.479 (2017: mESC 4.984), traduz uma diminuição dos resultados na ordem de 2.076% em relação exercício anterior, ao invés dos aumentos de 4% e 18% relativamente aos exercícios de 2016 e 2015, respetivamente.



O quadro acima mostra-nos um aumento de 35% das “Vendas e Prestações de Serviços”, equivalente a mESC 37 494, em relação ao ano anterior. Relativamente à EBITDA, ao contrário, verifica-se uma diminuição na ordem dos 551%, ou seja, passou de mESC 18 714 em 2017 para mESC -84 438.

6.2 Estrutura Financeira e Patrimonial

O Ativo Líquido atingiu os mESC 514 407 correspondendo a um aumento de 2% (mESC 11 964) relativamente ao ano de 2017 (mESC 502 443), mantendo a tendência do exercício anterior 2016/2017. O Passivo Líquido atingiu, em 2018, o montante de mESC 411 021 (2017: mESC 292 156), traduzindo um aumento de 41% (mESC 118 865). O gráfico a seguir ilustra a variação da estrutura do balanço.

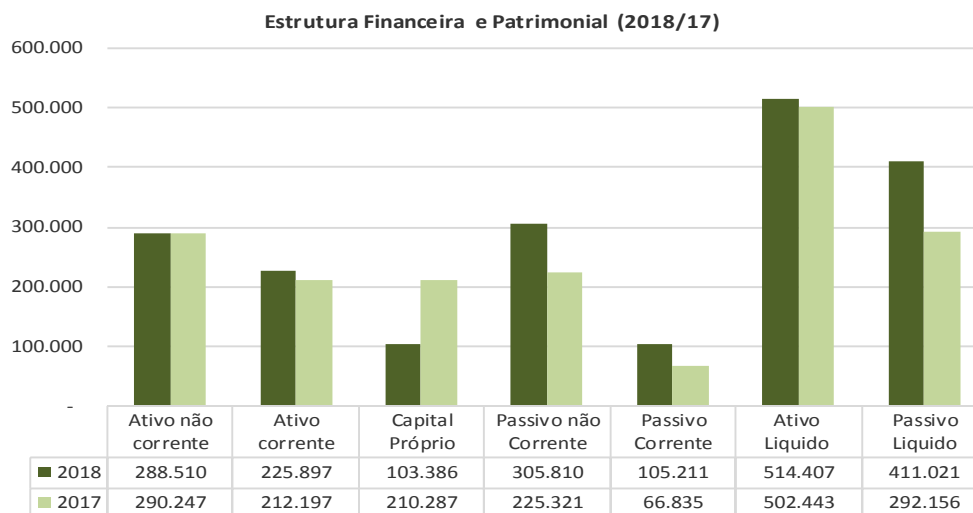


Gráfico 2 -Variação da estrutura de Balanço entre 2018 e 2017

Os Capitais Próprios diminuíram na ordem de 51% em relação a 2017. De referir que, o Ativo não Corrente registou uma queda de 0,6% e o Ativo Corrente cresceu cerca de 6% relativamente ao ano anterior. Entre 2016 e 2017, as duas rubricas tinham aumentado 16% e 7%, respetivamente.

No lado do Passivo, o destaque vai para o aumento de 35% do Passivo não Corrente e o Passivo Corrente, por seu lado, na ordem dos 57%, justificado pelo aumento das dívidas aos fornecedores, particularmente do mercado externo e, sobretudo, pelo reconhecimento dos encargos (Provisões) com os trabalhadores que se encontram na Pré-Reforma, encargos estes assumidos pela da INCV.

O saldo da rubrica de “Financiamentos Obtidos” resulta do somatório dois empréstimos contraídos junto do Banco Comercial do Atlântico (BCA) no âmbito da remodelação da Sede e um financiamento na modalidade de Leasing.

6.3 Alguns Indicadores e Rácios

a) Autonomia Financeira, Endividamento e Solvabilidade

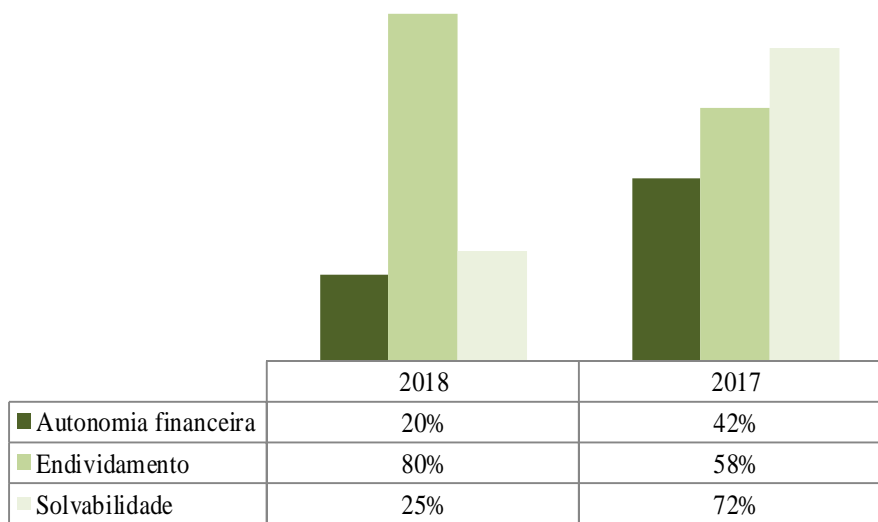


Gráfico 3 - Variação da Autonomia Financeira, Endividamento e Solvabilidade entre 2018 e 2017

O gráfico acima ilustrado, indica uma diminuição de 22% do rácio Autonomia financeira e, por outro lado, um aumento na mesma proporção do Endividamento. O rácio de Solvabilidade teve uma queda de 47% impulsionado pela diminuição do Capital Próprio.

b) Liquidez Geral, Reduzida e Imediata

A capacidade da empresa em solver os seus compromissos a curto, médio e a longo prazo é medida pelos rácios de liquidez (Gráfico 9), cuja variação entre os períodos 2017/18 evidenciam uma diminuição dos rácios de liquidez.

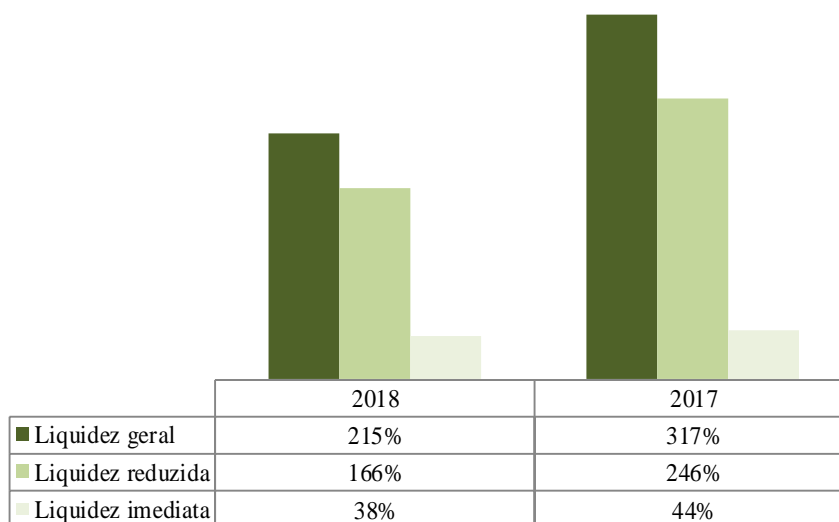


Gráfico 4 – Variação da Liquidez geral, Reduzida e Imediata entre 2018 e 2017

De uma forma geral, regista-se uma redução de todos os rácio de Liquidez devido, fundamentalmente, ao aumento do “Passivo corrente” em relação ao “Ativo corrente”.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma geral, o exercício em análise decorreu sem grandes sobressaltos tendo verificado sinais de melhorias a nível de gastos operacionais, nomeadamente, os Gastos com o pessoal diminuíram 1,2%, o os Gastos com Fornecimentos e Serviços de Terceiros diminui 6% (2016/17: -11%). De realçar, o aumento de 199% dos Gastos com Mercadorias Vendidas e Consumidas devido à impressão dos manuais escolares.

Em termos de rendimentos, destaca-se o aumento de 35% do Volume de negócios em relação ao exercício anterior e de 28% de Outros Rendimentos.

O desempenho acima referido, tanto a nível de gastos como de rendimentos, evidenciam um desempenho satisfatório da atividade empresarial corrente em 2018, o qual foi afetado pela implementação da reforma antecipada de um grupo de 21 trabalhadores, cujos encargos do processo são da responsabilidade de INCV.

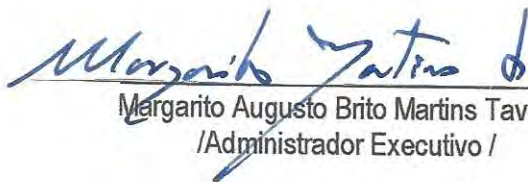
8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No período findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado decorrente da INCV foi negativo no valor de mESC 108.479. Assim, de acordo com o disposto na Lei e nos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração propõe, à Assembleia-geral, que o resultado líquido negativo, seja aplicado em "Resultados Transitados".

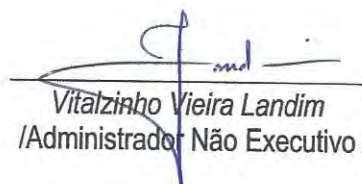
O Conselho de Administração:



Miguel Hochimini Almeida Pires Semedo
/ Presidente do Conselho de Administração /



Margarito Augusto Brito Martins Tavares
/ Administrador Executivo /



Vitalzinho Vieira Landim
/ Administrador Não Executivo /



9. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

9.1 Balanço em 31 de dezembro de 2018

DESCRIÇÃO	Nota	Valores em: mECV		
		EXERCÍCIOS		Var
		2018	2017	
ATIVO				
Ativo Não Corrente				
Ativos fixos tangíveis	3	113.801	107.094	6%
Terrenos e recursos naturais	3	22.247	22.247	0%
Edifícios e Outras Construções	3	63.134	67.129	-6%
Equipamentos básicos	3	24.427	12.634	93%
Material de Carga e Transporte	3	2.200	2.777	-21%
Equipamentos administrativos	3	1.300	1.712	-24%
Outros ativos fixos tangíveis	3	492	595	-17%
Propriedades de investimento	4	174.682	182.868	-4%
Terrenos e recursos naturais	4	30.000	30.000	0%
Edifícios e Outras Construções	4	144.682	152.868	-5%
Ativos Intangíveis	5	27	285	-91%
Programas de computador		27	285	-91%
Ativos por imposto diferidos	10	-	-	0%
Total do ativo não corrente		288.510	290.247	-1%
Ativos Corrente				
Inventários	6	50.873	47.943	6%
Produtos acabados e intermediários		7.816	9.084	-14%
Materias-primas, Sub. E de consumos		43.057	38.859	11%
Cientes	7	109.715	115.255	-5%
Adiantamentos a fornecedores	14	62	30	106%
Estado e outros entes públicos	8	4	942	-100%
Outras Contas a receber	9	22.769	17.200	32%
Diferimentos	10	2.077	1.706	22%
Caixa e depósitos bancários	11	40.398	29.120	39%
Total do ativo corrente		225.897	212.197	6%
TOTAL DO ATIVO		514.407	502.443	2%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio				
Capital realizado	12	130.000	130.000	0%
Reservas legais	12	5.141	5.141	0%
Outras Reservas	12	32.668	32.668	0%
Excedentes de revalorização	12	79.975	84.532	-5%
Resultados transitados	12	(35.919)	(37.069)	-3%
Resultados líquidos do período	12	(108.479)	(4.985)	-2076%
Total - Cap. Próp.(Antes de Inter. Minor.)		103.386	210.287	-51%
Total do Capital Próprio		103.386	210.287	(1)
PASSIVO				
Passivo Não Corrente				
Financiamentos obtidos	13	61.083	68.216	-10%
Estado e outros entes públicos	8	129.030	128.928	0%
Passivos por Impostos Diferidos	9	26.667	28.177	-
Provisão	22	89.030	-	-
Total de passivo não corrente		305.810	225.321	36%
Passivo Corrente				
Fornecedores	14	46.532	9.499	390%
Adiantamentos de clientes	7	11.459	11.518	-1%
Estado e outros entes públicos	8	6.292	12.973	-51%
Financiamentos obtidos	13	7.130	6.744	6%
Outras contas a pagar	9	14.672	26.100	-44%
Diferimentos	10	-	-	0%
Provisão	22	19.125	-	-
Total do passivo corrente		105.211	66.835	57%
TOTAL DO PASSIVO		411.021	292.156	40,7%
TOTAL - CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		514.407	502.443	2,4%



O Conselho de Administração,

O (A) Técnico (a) de Contas,

[Handwritten signatures]

9.2 Demonstração de Resultados por Natureza

Período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2018

Valores em: mECV

RUBRICAS	Notas	Exercícios		
		2018	2017	Var.
Vendas & Prestações de Serviços	16	144.631	107.137	35%
Variação nos inventários de produção	6	(1.268)	252	-602,2%
Gastos com mercadorias vendidas e consumidas	24	(49.126)	(16.411)	199,4%
Resultado Operacional Bruto		94.237	90.979	4%
Fornecimentos e Serviços Externos	17	(19.447)	(20.583)	-6%
Valor Acrescentado Bruto		74.791	70.396	6%
Gastos com pessoal	18	(66.593)	(67.417)	-1,2%
Provisões (aumento/reduções)	22	(108.155)	-	0,0%
Outros rendimentos e ganhos	19	22.310	17.386	28,3%
Outros gastos e perdas	20	(6.790)	(1.650)	311,4%
Resultados antes de depreciação e financiamento		(84.438)	18.714	-551%
Gastos /Ver. de depreciação e de amortização	25	(19.390)	(18.646)	4,0%
Result. Operacional (antes de perdas/ganhos Financ.)		(103.828)	68	-153576%
Juros e ganhos similares obtidos	21	10	9	12,5%
Juros e perdas similares suportados	21	(4.662)	(5.062)	-7,9%
Resultado antes de impostos		(108.479)	(4.985)	2076%
Dedução de Prejuízo		-	-	0,0%
Imposto sobre rendimento		-	-	0,0%
Resultado liquido de período		(108.479)	(4.985)	2076%

O Conselho de Administração,

O Técnico de Contas,



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Contabilista Certificado N.º272

9.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2018

Valores em: mECV

RUBRICAS	NOTA	PERÍODO		Var.
		2018	2017	
MÉTODO DIRECTO				
Fluxos de caixa das atividades operacionais				0%
Recebimentos de clientes		148.468	114.434	30%
Pagamentos a fornecedores		(49.730)	(55.180)	-10%
Pagamentos ao pessoal	18	(66.593)	(65.685)	1%
Caixa gerada pelas operações		32.145	(6.430)	-600%
Pagamento/recebimento do imposto s/ o rendimento		-	-	0%
Outros recebimentos/pagamentos		8.142	16.905	-52%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		40.287	10.475	285%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				0%
Pagamentos respeitantes a		(17.611)	(7.092)	148%
Ativos fixos tangíveis	3	(17.611)	(6.807)	159%
Ativos intangíveis	5	-	(285)	-100%
Recebimentos provenientes de:		10	9	100%
Juros e rendimentos similares		10	9	100%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(17.601)	(7.083)	148%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				0%
Recebimentos provenientes de:		-	-	0%
Pagamentos respeitantes a		(11.409)	(11.522)	-1%
Financiamentos obtidos	13	(6.747)	(6.460)	4%
Juros e gastos similares	21	(4.662)	(5.062)	-8%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(11.409)	(11.522)	-1%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		11.277	(8.130)	-239%
Efeito das direções de câmbio		-	-	0%
Caixa e seus equivalentes no início do período		29.120	37.250	-22%
Caixa e seus equivalentes no fim do período		40.398	29.120	39%

O Conselho de Administração,

O Técnico de Contas,



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Contabilista Certificado N.º272

9.4 Demonstração das Alterações de Capital Próprio

Período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2018

Valores em: mECV

RUBRICAS	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do período	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas	Excedentes de Revalorização	Resultados Transitados		
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	12	130 000	5 141	32 668	84 532	(37 939)	(5 170)	209.232
Resultado líquido do período							(4.985)	(4.985)
RESULTADO EXTENSIVO	2							
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realização de capital social	12	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento por imposto diferidos	3	-	-	-	-	869	-	869
OUTRAS OPERAÇÕES								
Correções relativas a períodos anteriores								
Aplicação do Resultado do ano anterior	4	-	-	-	-	-	-	-
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2017	1+2+3+4	130 000	5 141	32 668	84 532	(37 070)	(4 985)	210 287
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	130 000	5 141	32 668	84 532	(37 070)	(4 985)	210 287
RECONHECIMENTO DO PERÍODO								
Resultado líquido do período							(108.479)	(108.479)
RESULTADO EXTENSIVO	2							
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realização de capital social		-	-	-	(4.557)	6.136	-	1.579
Ajustamento por imposto diferidos	3	-	-	-	(4.557)	6.136	-	1.579
OUTRAS OPERAÇÕES								
correções relativas a períodos anteriores								
Aplicação do Resultado do ano anterior	4	-	-	-	-	(4.985)	-	(4.985)
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2018	1+2+3+4	130 000	5 141	32 668	79 975	(35 919)	(108 479)	103 386

O Conselho de Administração,



O Técnico de Contas,

[Handwritten signature]

Contabilista Certificado N.º 272

10. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

INTRODUÇÃO

Constituída sob a forma de Sociedade Anónima e Registo Comercial nº 2291/2007/03/28, a Imprensa Nacional de Cabo Verde (INCV) dedica-se às atividades de edição, publicação, impressão, distribuição, comercialização e venda do Boletim Oficial e outras publicações oficiais previstas na lei. Igualmente, está habilitada, estatutariamente, a exercer outras atividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias do seu objeto social.

NOTA 0 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As contas referentes ao período de 2018 foram preparadas a partir dos registos contabilísticos e de acordo com a legislação comercial vigente e as normas estabelecidas pelo Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, estabelecido no Boletim Oficial I Serie – Nº 5, de 04 de Fevereiro de 2008 e no Boletim Oficial I Serie Nº 48 de 29 de Dezembro de 2008, em Cabo Verde, visando demonstrar a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira a 31 de dezembro de 2018, dos resultados das suas operações, das alterações no património líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao período anual terminado na referida data.

Os valores, constantes deste Anexo e que compõem as Demonstrações Financeiras, estão expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação, 18 de abril de 2019.

NOTA 1 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas, aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo:

(a) Transações, saldos e fluxos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor, na data da transação. Os ativos e passivos monetários, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para Escudos Cabo-verdianos, à taxa de câmbio em vigor à data do Balanço. As diferenças cambiais, resultantes desta conversão, são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados do período, nas rubricas de rendimentos ou gastos, conforme o caso.

(b) Ativos Fixos Tangíveis

(i) Reconhecimento inicial

Os elementos incluídos no ativo fixo tangível são valorizados ao preço de aquisição ou pelo valor do custo de produção. O ativo fixo tangível apresenta-se, no Balanço, pelo seu valor de custo, líquido das depreciações e perdas por imparidades acumuladas.

(ii) Depreciações

Os ativos fixos tangíveis da empresa encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui: (a) o montante pago pela aquisição; (b) despesas diretamente relacionadas com o processo de aquisição, transporte e disponibilização do ativo à Empresa; e (c) a estimativa do custo de desmantelamento ou remoção do ativo.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas e quando provocarem uma extensão da vida útil, um aumento da capacidade produtiva, uma melhoria substancial da qualidade dos outputs, bem como uma redução substancial dos custos operacionais.

As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gastos, à medida que forem incorridas, de acordo com o princípio de especialização dos períodos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil estimada dos bens:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20-25
Equipamento básico	6-15
Ferramentas e utensílios	5
Equipamento de transporte	8
Equipamento administrativo	5-12
Equipamento informático	3-5
Outros ativos fixos tangíveis	3-10

(c) Imparidade de ativos

A política da Sociedade é avaliar, em cada data de relato, se há qualquer indício de que, o valor contabilístico de um ativo não financeiro sujeito à amortização ou depreciação, exceda o seu valor recuperável, este entendido como o maior entre o valor realizável deduzido do seu custo de venda e o seu valor de uso.

Um aumento da quantia escriturada de um ativo fixo tangível, atribuível a uma reversão de uma perda por imparidade que previamente reconhecida, não pode exceder a quantia escriturada que teria sido determinada (líquida de depreciações) se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida no ativo em anos anteriores.

As perdas por imparidade são reconhecidas como gastos do período de referência do relato.

(d) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são reconhecidos, inicialmente, pelo seu justo valor, incluindo os custos de transação incorridos e são, posteriormente, valorizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os ativos financeiros, que não tenham uma taxa de juro estabelecida, para os quais seja esperado o seu recebimento no curto prazo e cujos efeitos de atualização não sejam considerados significativos, são valorizados pelo seu valor nominal.

(e) Inventários

As matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

Os produtos acabados e intermédios são reconhecidos ao respetivo custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas, subsidiárias e materiais consumidos, o custo da mão-de-obra direta e os gastos gerais de fabrico. O custo de produção é inferior ao valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda.

As perdas por imparidade, relacionadas com ajustamentos em inventários relativos às perdas de valor, são reconhecidas nos resultados do período, sendo apresentadas como uma dedução ao ativo (Nota 6).

(f) Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e,
- Exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas e atualizadas com referência à data do Balanço, considerando a informação disponível. A Sociedade não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que, a possibilidade de um Ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, seja remota. Os ativos contingentes são divulgados, quando for provável a existência de um influxo de benefícios económicos.

(g) Reconhecimento do rédito

O rédito compreende os montantes faturados nas prestações de serviços e nas vendas de produtos, líquidos do imposto sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos, e é mensurado ao justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito, proveniente das vendas de bens e prestações de serviços, é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido, para o comprador, os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que, os benefícios económicos associados com a transação, fluam para a Empresa; e
- Os custos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

(h) Imposto sobre o Rendimento das pessoas coletivas

O gasto ou ganho de imposto sobre o rendimento compreende tanto os impostos correntes como os impostos diferidos. Os ativos e passivos de imposto sobre o rendimento são mensurados pelos valores que se esperam que sejam recebidos ou pagos, junto das Autoridades Fiscais, de acordo com os regulamentos e taxas de impostos em vigor decretados ou, substancialmente, aprovadas mesmo que pendentes de publicação na data do fecho do período (Lei nº 82/VIII/2016, de 7 de janeiro de 2016, foi publicado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento).

Os resultados fiscais de 2014 a 2018 (período de 5 anos), quando devidamente fundamentado, podem vir a ser revistos e corrigidos pela Administração Fiscal. A Empresa reconhece os créditos tributários relacionados com bases tributáveis negativas, dado que se espera, num futuro próximo, gerar rendimentos tributáveis positivos que permitam recuperar os créditos fiscais. Nos termos do Código de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRPC), aplicável para as Demonstrações Financeiras até 31 de dezembro de 2018, o reporte fiscal de dedução dos prejuízos é de 7 períodos de tributação posteriores, condicionado ao limite máximo de 50% do respetivo lucro tributável.

O Imposto Diferido é calculado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos gastos e rendimentos que, nos termos da referida Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25%, com base no método da responsabilidade de Balanço, sobre as diferenças tributáveis temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

Os impostos diferidos são classificados como não corrente.

(i) Classificação de ativos e passivos: Correntes e Não correntes

A Sociedade apresenta o Balanço, classificando ativos e passivos em correntes e não correntes. Para esse efeito, são considerados, como ativos e passivos correntes, aqueles que cumpram os seguintes critérios:

- Os ativos são classificados como correntes quando se espera que sejam realizados, vendidos ou consumidos, durante o ciclo normal de funcionamento da Sociedade;
- Os passivos são classificados como correntes quando se espera que sejam liquidados no ciclo normal de funcionamento da Sociedade;
- Os passivos financeiros são classificados como correntes quando se espera que sejam liquidados no prazo de doze meses, a contar da data de fecho das contas anuais.

(j) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, salvo as referentes a combinações de entidades empresariais, são reconhecidas pelo justo valor da retribuição dada ou recebida. A diferença entre este valor e o montante acordado é contabilizado de acordo com a substância económica subjacente.

(k) Políticas e gestão do risco financeiro

As atividades da INCV estão expostas a diversos graus de riscos financeiros: riscos cambiais, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa centra-se na incerteza dos mercados financeiros e procura minimizar os potenciais efeitos adversos sobre a rentabilidade financeira da Empresa.

a. Risco cambial

A INCV não possui risco em operações cambiais. As operações, denominadas em moeda estrangeira são, essencialmente, com fornecedores e são realizadas em Euros. Existe uma paridade cambial fixa do Escudo face ao Euro.

b. Risco de crédito

A Empresa não possui concentrações significativas de risco de crédito. As vendas aos clientes, essencialmente ao Estado, são feitas a crédito ou a pronto pagamento. As operações financeiras somente são efetuadas com instituições financeiras internacionalmente reconhecidas. A Empresa dispõe de políticas para limitar os riscos incorridos com qualquer instituição financeira.

O cálculo de imparidade das dívidas de clientes implica um elevado grau de julgamento para a Administração e a revisão de saldos individuais, com base na qualidade de créditos aos clientes, tendências atuais do mercado e análises históricas da dívida a nível individual e agregado.

c. Risco de liquidez

A INCV leva a cabo uma gestão prudente do risco de liquidez, baseada na manutenção de um nível mínimo de caixa e disponibilidades de financiamento, através de um montante suficiente de facilidades de créditos autorizados e capacidade bastante para liquidar posições no mercado.

d. Risco de taxa de juro

A INCV financia-se junto do mercado bancário em Cabo Verde. Estes financiamentos são remunerados à taxa de juro de mercado, eventualmente acrescidos de spreads bancários, calculados com base na média da taxa Euribor a 6 meses (cuja taxa diretora do Banco Central Europeu tem-se mantida em mínimos históricos).

NOTA 2 – FLUXOS DE CAIXA

Na preparação e divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá a informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos líquidos. Os montantes, incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser, imediatamente, mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	40.287	10.475
Fluxo de Caixa das Atividades Investimento	(17.601)	(7.083)
Fluxo de Caixa das Atividades financiamento	(11.409)	(11.522)
Variação de caixa e seus equivalentes	11.278	(8.130)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período (a)	29.120	37.250
Caixa e seus equivalentes no fim do período (b)	40.398	29.120
Variação de Caixa e seus Equivalentes (a e b)	11.278	(8.130)
	38,7%	-21,8%

NOTA 3 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos na rubrica dos Ativos Fixos Tangíveis, bem como nas respetivas depreciações, durante os anos de 2018 e 2017, são analisados como se segue:

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANG.	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JAN. DE 2017							
Valor de aquisição	22.247	99.430	99.085	12.891	8.468	2.198	244.319
Depreciação acumulada	-	(28.546)	(89.292)	(9.330)	(6.179)	(1.422)	(134.769)
Valor Escriturado	22.247	70.884	9.793	3.561	2.289	776	109.550
VARIAÇÕES EM 2017							
Valor líquido inicial	22.247	70.884	9.793	3.561	2.289	775	109.549
Aquisições	-	238	-	-	-	-	238
Investimentos em curso	-	-	7.112	-	-	-	7.112
Alienações/ Correções Dep. acumulada	-	66	364	-	-	-	430
Depreciação do Exercício	-	(4.059)	(4.635)	(784)	(577)	(180)	(10.235)
Valor Líquido	22.247	67.129	12.634	2.777	1.712	595	107.094
POSIÇÃO EM 31 DE DEZ. DE 2017							
Valor de aquisição	22.247	99.668	106.740	12.891	8.748	2.198	252.492
Depreciação acumulada	-	(32.539)	(94.106)	(10.114)	(7.036)	(1.603)	(145.398)
Valor Escriturado	22.247	67.129	12.634	2.777	1.712	595	107.094
VARIAÇÕES EM 2018							
Valor líquido inicial	22.247	67.129	12.634	2.777	1.712	595	107.094
Aquisições	-	-	16.428	-	106	77	16.611
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Alienações/ Correções Dep. acumulada	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação do exercício	-	(3.995)	(4.635)	(577)	(518)	(180)	(9.905)
Valor Líquido	22.247	63.134	24.427	2.200	1.300	492	113.800
POSIÇÃO EM 31 DE DEZ. DE 2018							
Valor de aquisição	22.247	99.668	124.210	12.891	8.854	2.274	270.145
Depreciação acumulada	-	(36.533)	(99.783)	(10.691)	(7.555)	(1.782)	(156.344)
Valor Escriturado	22.247	63.134	24.427	2.200	1.300	492	113.801

As rubricas de Terrenos, Edifícios e Equipamentos são compostas por: um edifício em Achada Grande Frente e os equipamentos de produção pertencentes à Sociedade, necessários à atividade operacional.

NOTA 4 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos na rubrica de Propriedades de Investimento, bem como nas respetivas depreciações, durante os anos de 2018 e 2017, são detalhados como se segue:

	mESC		
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO 2017			
Valor de aquisição	30.000	204.631	234.631
Depreciação acumulada	-	(43.578)	(43.578)
Valor Escriturado	30.000	161.053	191.053
VARIAÇÕES EM 2017			
Valor líquido inicial	30.000	161.053	191.053
Aquisições	-	-	-
Depreciação do Exercício	-	(8.185)	(8.185)
Valor Líquido	30.000	152.868	182.868
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017			
Valor de aquisição	30.000	204.631	234.631
Depreciação acumulada	-	(51.763)	(51.763)
Valor Escriturado	30.000	152.868	182.868
VARIAÇÕES EM 2018			
Valor líquido inicial	30.000	152.868	182.868
Aquisições	-	-	-
Depreciação do exercício	-	(8.185)	(8.185)
Valor Líquido	30.000	144.683	174.683
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018			
Valor de aquisição	30.000	204.631	234.631
Depreciação acumulada	-	(59.948)	(59.948)
Valor Escriturado	30.000	144.683	174.683

NOTA 5 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos na rubrica de ativo intangível, bem como nas respetivas amortizações, durante os anos de 2018 e 2017, são referenciados da seguinte forma:

	mESC		
	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO 2017			
Valor de aquisição	400	99	499
Depreciação acumulada	(279)	(20)	(299)
Valor Escriturado	121	79	200
VARIAÇÕES EM 2017			
Valor líquido inicial	1.639	1.052	2.691
Aquisições	484	-	484
Correções Dep. acumulada	(155)	(2.491)	(2.646)
Depreciação do Exercício	(224)	(20)	(244)
Valor Líquido	1.744	(1.459)	285
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017			
Valor de aquisição	2.123	1.053	3.176
Depreciação acumulada	(1.858)	(1.033)	(2.891)
Valor Escriturado	265	20	285
VARIAÇÕES EM 2018			
Valor líquido inicial	265	20	285
Aquisições	-	-	-
Correções Dep. acumulada	-	-	-
Depreciação do exercício	(238)	(20)	(258)
Valor Líquido	27	-	27
POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018			
Valor de aquisição	2.123	1.053	3.176
Depreciação acumulada	(2.096)	(1.053)	(3.149)
Valor Escriturado	27	(0)	27

NOTA 6 – INVENTÁRIOS

Esta conta é discriminada conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Produtos acabados e semiacabados (i)	7 816	9 084
Variação nos inventários de produção	(1 268)	252
Matérias primas, subsidiárias e de consumo (+ Ei)	(41 322)	38 552
Compras (Matérias-primas, Sub. E de Consumo (+))	33 155	15 648
Matérias primas, subsidiárias e de consumo (- Ef) (ii)	(45 520)	(37 701)
Matérias primas, subsidiárias e de consumo - Consórcio (- Ef)	0	(3 621)
Total (Ef)	(45 520)	(41 322)
Menos:		
Imparidade (iii)	(2 463)	(2 463)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	43 057	38 859

- (i) Os produtos acabados, comercializados pela INCV, são compostos por impressos (alvarás, cédulas, cadastros, verbetes, pedidos de certificados de registo, pedidos de averbamento, etc.), livros diversos, compêndio de legislação avulsa e conexa, livros de ponto, entre outros. Foram, invariável e uniformemente, valorizados ao custo padrão de 80% do valor de realização líquida. A Sociedade não possui um apropriado sistema de contabilidade de gestão que permita, com razoabilidade, cálculos internos dos custos de produção, para efeito de valorização dos produtos acabados e intermédios em armazém. Esta rubrica inclui produtos acabados de difícil rotação e com algum grau de obsolescência.
- (ii) A rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, inclui, essencialmente, papéis autocopiativos, papel couché, papel cartolina, tintas, envelopes, chapas, arame, embalagem de líquido sc wash, etc. Os gastos com as matérias-primas e subsidiárias referem-se ao consumo das mesmas no processo de fabrico, designadamente: de Boletim Oficial, Impressos, Livros, Revistas, Manuais, entre outros.

- (iii) Não foi efetuado qualquer teste de imparidade em inventários que permite proceder ao ajustamento dos inventários e obter razoável certeza de que, o valor evidenciado no Balanço, é realizável e apropriado.

NOTA 7 – CLIENTES

Esta rubrica é decomposta da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Outras Empresas	19 408	17 011
Órgãos de Soberania e Autónoma	12 421	0
Outros clientes (Pequenos valores)	8 478	10 019
Outros Ministérios	5 076	18 051
Restantes Câmaras Municipais	5 700	5 446
IINFORPRESS- Jornal Horizonte	6 825	7 175
Escolas do ens. Bas, Sec.eE Universidades	6 761	6 115
NOSI	5 900	6 100
Ministério da Justiça e Trabalho	4 750	5 261
Gabinete Primeiro Ministro	4 682	7 983
Ministério das Finanças e Administração Pública	4 479	7 900
Assembleia Nacional de Cabo Verde	3 647	4 508
EME - Marketing, Lda	3 075	3 075
Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.	2 765	2 876
Minist da Educação, Família e Inclusão Social	2 523	3 369
Jornal A Semana	2 511	2 511
Ministério da Administração Interna	2 520	1 953
DIKOR	2 232	2 232
Câmara Municipal da Praia	3 630	1 127
Banco Comercial do Atlântico	1 768	1 763
Ministério da Economia e Emprego	1 593	1 593
TACV, S.A.	1 267	1 255
CTT - Correios de Cabo Verde	1 131	1 131
Publicom, Lda	1 063	1 065
Subtotal:	114 204	119 519
Menos:		
Perdas por imparidade acumuladas	(4 489)	(4 489)
TOTAL	109 714	115 030
Adiantamento de Clientes (i)	(11 459)	(11 518)
TOTAL	98 255	103 512

- (i) O saldo registado nesta conta é relativo aos depósitos efetuados nas contas de Depósito à Ordem da Imprensa Nacional não identificados no processo de reconciliação bancária e que são reconhecido no final do ano como adiantamentos de clientes.

Durante o exercício de 2018, a Empresa não reforçou as imparidades em dívidas de clientes. Conforme análise efetuada, constata-se saldos antigos por regularizar. O montante e os saldos apurados

deveriam ter sido efetuados segundo critérios de gestão e de avaliação comercial e, também, mediante análise de informações históricas, baseadas no balancete de antiguidade de saldos. Consequentemente, não é considerado adequado, face aos riscos efetivos de cobrança associados às contas a receber de clientes, o valor de mESC 4 489 (2017: mESC 4 489).

No período de referência de relato, não se procedeu a qualquer movimentação na rubrica de perdas por imparidade acumuladas de clientes, conforme se atesta o quadro acima.

NOTA 8 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica é composta e discriminada como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Passivo		
Não Correntes		
Contribuições p/ Segurança Social (i)	50 434	54 032
Estado e Outros Entes Públicos - Passivo	78 596	74 896
Sub-total - Não Correntes	129 030	128 928
Correntes		
Estado e Outros Entes Públicos - Passivo	6 292	12 973
sub-total - Correntes	6 292	12 973
Total - Estado e Outros Entes Públicos	135 322	141 901
Ativo		
Estado e Outros Entes Públicos - Ativo	4	942
Total - Estado e Outros Entes Públicos Líquido	4	942
Decomposição dos saldos (Passivo Corrente)		
Contribuições para a Previdência Social (i)	4 846	4 182
IRPS -Trabalho Dependente (ii)	772	2 788
IVA - Imposto sobre Valor Acrescentado (iii)	527	4 991
IRPS -Trabalho Independente	121	908
IRPS -Prediais	26	104
Outros Impostos	0	-
Tributos das Autarquias locais	0	-
TOTAL	6 292	12 973

(i) Contribuições para a Segurança Social

O saldo representa o montante das contribuições retidas pela Sociedade e que não foram remetidas à respetiva instituição gestora de segurança social dos trabalhadores (Ver Nota 26).

(ii) Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Corresponde às dívidas de impostos antigos por regularizar e ajustar com o Ministério das Finanças e Administração Pública, conforme os protocolos de encontro de contas assinado em dezembro de 2016 e em março de 2018.

Até a data do balanço a Sociedade não recebeu nenhuma notificação das Autoridades Fiscais.

NOTA 9 – OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Os saldos destas rubricas resumem-se conforme detalhe abaixo:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Saldos Devedores		
Serviço Nacional de Proteção Civil (i)	22 560	17.010
Pessoal (Adiantamento de salários e Outras operaç.)	155	97
Outros de valor reduzido	54	8.279
Consórcio INCV TS & GP	0	(8.186)
TOTAL - Outras Contas a Receber	22.769	17.200
Saldos Credores		
Passivos por impostos diferidos	26 667	28.177
Outros de valor reduzido (Especialização de gastos)	8 747	13.889
Acréscimos de gastos c/ pessoal (Férias e Sub. de Férias)	5 784	10.389
João José Mesquita (Indemnização)	140	1.822
TOTAL - Outras Contas a pagar	41.339	54.277

- (i) Refere-se ao arrendamento de dois Armazéns em Achada Grande Frente - Praia ao Serviço Nacional de Proteção Civil (ver Nota 19). A ocupação dos dois Armazéns pelo Serviço Nacional da Proteção Civil foi objeto de um processo judicial em janeiro de 2012, do qual resultou uma Declaração de compromisso em fevereiro de 2012 e um Memorando de entendimento assinatura em dezembro de 2018.

NOTA 10 – DIFERIMENTOS

Esta rubrica resume-se como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Diferimentos Ativos		
Gastos a reconhecer (Juros do acordo com o INPS)	1 964	1.593
Seguros de viatura	113	113
Gastos Antecipados Diversos	0	-
TOTAL - Diferimentos ativos	2.077	1.706

NOTA 11 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Caixa		
Valor por depositar	15	26
Fundo Fixo	1	1
Subtotal - Caixa	16	27
Depósito a Prazo		
° Banco Comercial do Atlântico	9 947	760
Subtotal - Dep. A Prazo	9 947	760
Depósito Consórcio		
° Banco Comercial do Atlântico	0	6 501
Subtotal - Dep. A Prazo	0	6 501
Depósitos à ordem		
° Banco Africano de Investimentos	8 310	6.706
° ECOBANK	871	4.841
° Banco Comercial do Atlântico	18 318	4.750
° Caixa Económica de Cabo Verde	392	2.902
° Banco Caboverdiano de Negócios	2 165	2.178
° Banco Interatlântico	378	455
Subtotal - Bancos	30 434	21 832
TOTAL	40 397	29 120

NOTA 12 – CAPITAL PRÓPRIO

a) O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Capital Social, Reservas e Outras rubricas do Cap. Próprio		
Capital Realizado	130 000	130.000
Capital social subscrito	130 000	130.000
Capital subscrito e não realizado	0	-
Excedentes de Revalorização	79 975	84.532
Outras reservas	32 668	32.668
Reservas Legais	5 141	5.141
Resultado liquido do período	(108.479)	(4.985)
Resultados Transitados	(35.919)	(37.069)
TOTAL	103 386	210 287

- CAPITAL REALIZADO

O Capital Social da INCV, S.A., a 31 de dezembro de 2018, consiste em 130 000 ações nominativas de valor nominal de 1.000 ECV cada uma, totalmente subscritas e realizadas pelo Estado, detidas através da Direção Geral do Tesouro.

- RESERVAS LEGAIS

As Reservas Legais só podem ser utilizadas para cobertura de prejuízos acumulados e aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2018, ascendiam a mESC 5 141 (2017: mESC 5 141).

- EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

O montante desta rubrica é de mESC 79 975 (2017: mESC 84 532) representa o valor do excedente de revalorização não realizado dos Edifícios Armazém da Achada Grande e Edifício situado no Plateau, efetuados em 2008 e 2009, respetivamente, e reconhecidos em 2011.

- RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 dezembro 2018, os Resultados Transitados ascendiam a mESC 35.919 (2017: mESC 37 069).

b) Em virtude de a partir do exercício de 2013 até o exercício de 2016 se terem verificado erros de contabilização dos movimentos relativos à revalorização dos edifícios da INCV, mais graves com o erro da anulação do saldo total da conta Passivo por Impostos Diferidos, efetuado em 2016, houve a necessidade de corrigir retroativamente os erros acima referidos, e dado o facto de as contas do exercício de 2017 serem apresentadas juntas às contas do exercício de 2018, para efeitos

comparativos, as contas do exercício de 2017 foram re-expressadas, de modo a refletir a sua correta apresentação, após a correção dos erros supracitados.

Abaixo, são apresentados os quadros do balanço e da demonstração de alterações no capital próprio após a reexpressão efetuada:

Mapa do Balanço apresentando as contas dos exercícios de 2017 e 2016 antes e após a reexpressão

DESCRIÇÃO	Nota	APÓS REEXPRESSÃO		ANTES REEXPRESSÃO		APÓS REEXPRESSÃO		ANTES REEXPRESSÃO	
		2018	2017	2018	2017	2017	2016	2017	2016
ATIVO									
Ativo Não Corrente									
Ativos fixos tangíveis	3	113.800.623	107.093.982	113.800.623	107.093.982	107.093.982	109.549.692	107.093.982	109.549.692
Terrenos e recursos naturais		22.247.400	22.247.400	22.247.400	22.247.400	22.247.400	22.247.400	22.247.400	22.247.400
Edifícios e Outras Construções		63.134.201	67.128.947	63.134.201	67.128.947	67.128.947	70.884.197	67.128.947	70.884.197
Equipamentos básicos		24.426.823	12.633.917	24.426.823	12.633.917	12.633.917	9.792.995	12.633.917	9.792.995
Material de Carga e Transporte		2.200.440	2.776.864	2.200.440	2.776.864	2.776.864	3.561.148	2.776.864	3.561.148
Equipamentos administrativos		1.299.600	1.711.667	1.299.600	1.711.667	1.711.667	2.288.612	1.711.667	2.288.612
Outros ativos fixos tangíveis		492.159	595.187	492.159	595.187	595.187	775.340	595.187	775.340
Propriedades de investimento	4	174.682.279	182.867.514	174.682.279	182.867.514	182.867.514	191.052.749	182.867.514	191.052.749
Terrenos e recursos naturais		30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000	30.000.000
Edifícios e Outras Construções		144.682.279	152.867.514	144.682.279	152.867.514	152.867.514	161.052.749	152.867.514	161.052.749
Ativos Intangíveis	5	26.949	285.128	26.949	285.128	285.128	199.526	285.128	199.526
Programas de computador		26.949	285.128	26.949	285.128	285.128	199.526	285.128	199.526
Ativos por imposto diferidos	10	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo não corrente		288.509.851	290.246.624	288.509.851	290.246.624	290.246.624	300.801.967	290.246.624	300.801.967
Ativos Corrente									
Inventários	6	50.873.082	47.942.675	50.873.082	47.942.675	47.942.675	44.930.295	47.942.675	44.930.295
Produtos acabados e intermédios		7.816.104	9.083.765	7.816.104	9.083.765	9.083.765	8.831.338	9.083.765	8.831.338
Mátérias-primas, Sub. e de consumos		43.056.978	38.858.910	43.056.978	38.858.910	38.858.910	36.098.957	38.858.910	36.098.957
Clientes	7	109.714.723	115.255.245	109.714.723	115.255.245	115.255.245	93.462.419	115.255.245	93.462.419
Adiantamentos a fornecedores	14	61.523	29.812	61.523	29.812	29.812	479.932	29.812	479.932
Estado e outros entes públicos	8	3.927	942.447	3.927	942.447	942.447	940.599	942.447	940.599
Outras Contas a receber	9	22.769.492	17.200.298	22.769.492	17.200.298	17.200.298	18.622.048	17.200.298	18.622.048
Diferimentos	10	2.077.044	1.706.028	2.077.044	1.706.028	1.706.028	1.789.855	1.706.028	1.789.855
Caixa e depósitos bancários	11	40.397.571	29.120.009	40.397.571	29.120.009	29.120.009	37.249.581	29.120.009	37.249.581
Total do ativo corrente		225.897.362	212.196.514	225.897.362	212.196.514	212.196.514	197.474.729	212.196.514	197.474.729
TOTAL DO ATIVO		514 407 213	502 443 138	514 407 213	502 443 138	502 443 138	498 276 696	502 443 138	498 276 696
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO									
Capital Próprio									
Capital realizado	12	130.000.000	130.000.000	130.000.000	130.000.000	130.000.000	130.000.000	130.000.000	130.000.000
Reservas legais		5.140.668	5.140.668	5.140.668	5.140.668	5.140.668	5.140.668	5.140.668	5.140.668
Outras reservas		32.668.479	32.668.479	32.668.479	32.668.479	32.668.479	32.668.479	32.668.479	32.668.479
Excedentes de revalorização		79.975.361	84.532.254	79.975.361	154.988.654	84.532.254	89.062.145	154.988.654	154.988.654
Resultados transitados		(35.918.833)	(37.069.407)	(35.918.833)	(79.348.392)	(37.069.408)	(37.939.228)	(79.348.392)	(74.178.362)
Resultados líquidos do período		(108.479.457)	(4.984.870)	(108.479.457)	(4.984.870)	(4.984.870)	(5.170.030)	(4.984.870)	(5.170.030)
Total - Cap. Próp. (Antes de inter. minoritários)		103.386.218	210.287.124	103.386.218	238.464.539	210.287.123	213.762.034	238.464.539	243.449.409
Total do Capital Próprio		103.386.218	210.287.124	103.386.218	238.464.539	210.287.123	213.762.034	238.464.539	243.449.409
PASSIVO									
Passivo Não Corrente									
Financiamentos obtidos	13	61.082.502	68.216.162	61.082.502	68.216.162	68.216.162	75.526.899	68.216.162	75.526.899
Estado e outros entes públicos	8	129.030.003	54.032.112	129.030.003	54.032.112	54.032.112	56.865.512	54.032.112	56.865.512
Passivo por imposto diferido		26.667.453	28.177.416	26.667.453		28.177.416	29.687.375		
Provisão		19.125.841		19.125.841					
Total de passivo não corrente		235.905.799	150.425.690	235.905.799	122.248.274	150.425.690	162.079.786	122.248.274	132.392.411
Passivo Corrente									
Fornecedores	14	46.532.233	9.499.052	46.532.233	9.499.052	9.499.052	5.291.271	9.499.052	5.291.271
Adiantamentos de clientes	7	11.459.252	11.518.168	11.459.252	11.518.168	11.518.168	10.563.932	11.518.168	10.563.932
Estado e outros entes públicos	8	6.292.482	12.973.454	6.292.482	12.973.454	12.973.454	6.039.902	12.973.454	6.039.902
Financiamentos obtidos	13	7.129.990	6.743.633	7.129.990	6.743.633	6.743.633	5.893.041	6.743.633	5.893.041
Outras contas a pagar	9	14.671.756	100.996.018	14.671.756	100.996.018	100.996.018	94.646.730	100.996.018	94.646.730
Provisão	10	89.029.483	-	89.029.483	-	-	-	-	-
Total do passivo corrente		175.115.196	141.730.325	175.115.196	141.730.325	141.730.325	122.434.876	141.730.325	122.434.876
TOTAL DO PASSIVO		411.020.995	292.156.015	411.020.995	263.978.599	292.156.015	284.514.662	263.978.599	254.827.287
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		514 407 213	502 443 139	514 407 213	502 443 138	502 443 138	498 276 696	502 443 138	498 276 696

Mapa de alterações no Capital Próprio apresentando as contas dos exercícios 2017 e 2016 antes e após a reexpressão									
Após a reexpressão									
RUBRICAS	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital						Resultado líquido do período	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas	Excedentes de Revalorização	Resultados Transitados	Resultados líquidos do período		
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	12	130 000 000	5 140 668	32 668 479	89 062 145	(37 939 228)	(5 170 030)	213 762 034	
Resultado líquido do período (4.984.870) (4.984.870)									
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	-	-	-	-	
OPER. C/DETENT. CAPITAL NO PERÍODO		-	-	-	-	-	-	-	
Intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	
respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	
Realização de capital social	12	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustamento por imposto diferidos	3	-	-	-	-	6.039.850	-	6.039.850	
OUTRAS OPERAÇÕES		-	-	-	-	-	-	-	
Correções relativas a períodos anteriores		-	-	-	(4.529.891)	-	-	(4.529.891)	
Aplicação do Resultado do ano anterior	4	-	-	-	-	(5.170.030)	-	(5.170.030)	
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2017	1+2+3+4	130 000 000	5 140 668	32 668 479	84 532 254	(37 069 408)	(4 984 870)	210 287 123	
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	130 000 000	5 140 668	32 668 479	84 532 254	(37 069 408)	(4 984 870)	210 287 123	
RECONHECIMENTO DO PERÍODO		-	-	-	-	-	-	-	
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(108.479.457)	(108.479.457)	
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	-	-	-	-	
OPER. C/DETENT. CAPITAL NO PERÍODO		-	-	-	-	-	-	-	
Realização de capital social		-	-	-	-	-	-	-	
Ajustamento por imposto diferidos	3	-	-	-	(4.556.893)	6.066.856	-	1.509.963	
OUTRAS OPERAÇÕES		-	-	-	-	(4.916.281)	-	(4.916.281)	
correções relativas a períodos anteriores		-	-	-	-	68.589	-	68.589	
Aplicação do Resultado do ano anterior	4	-	-	-	-	(4.984.870)	-	(4.984.870)	
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2018	1+2+3+4	130 000 000	5 140 668	32 668 479	79 975 361	(35 918 833)	(108 479 457)	103 386 218	

RUBRICAS	Notas	Antes da reexpressão						TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas	Excedentes de Revalorização	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	12	130 000 000	5 140 668	32 668 479	154 988 654	(74 178 362)	(5 170 030)	243 449 409
Resultado líquido do período							(4.984.870)	(4.984.870)
RESULTADO EXTENSIVO	2							
OPER. C/DETERM. CAPITAL NO PERÍODO								
Realização de capital social	12	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamento por imposto diferido	3	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES								
Correções relativas a períodos anteriores		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do Resultado do ano anterior	4	-	-	-	-	(5.170.030)	-	(5.170.030)
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2017	1+2+3+4	130 000 000	5 140 668	32 668 479	154 988 654	(79 348 392)	(4 984 870)	238 464 539
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	130 000 000	5 140 668	32 668 479	154 988 654	(79 348 392)	(4 984 870)	238 464 539
RECONHECIMENTO DO PERÍODO								
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(108.479.457)	(108.479.457)
RESULTADO EXTENSIVO	2							
OPER. C/DETERM. CAPITAL NO PERÍODO								
Realização de capital social	3	-	-	-	-	48.345.840	-	48.345.840
Ajustamento por imposto diferido		-	-	-	(75.013.293)	(4.916.281)	-	(79.929.574)
OUTRAS OPERAÇÕES								
correções relativas a períodos anteriores		-	-	-	(75.013.293)	68.589	-	(74.944.704)
Aplicação do Resultado do ano anterior	4	-	-	-	-	(4.984.870)	-	(4.984.870)
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2018	1+2+3+4	130 000 000	5 140 668	32 668 479	79 975 361	(35 918 833)	(108 479 457)	103 386 218

RUBRICAS	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital						Resultado líquido do período	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas	Excedentes de Revalorização	Resultados Transitados	Resultado líquido do período		
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	12	118 024 695	5 140 668	32 668 479	119 531 419	98 051 600	(6 285 601)	171 028 060	
Resultado líquido do período							(5.170.030)	(5.170.030)	
RESULTADO EXTENSIVO	2								
OPER. C/DETEMT. CAPITAL NO PERÍODO									
Intangíveis									
respectivas variações									
Realização de capital social	12	11.975.305			(30.469.274)	66.397.973		35.928.699	
Ajustamento por imposto diferido	3							11.975.305	
OUTRAS OPERAÇÕES									
Correções relativas a períodos anteriores									
Aplicação do Resultado do ano anterior	4					(6.285.601)		(6.285.601)	
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2016	1+2+3+4	130 000 000	5 140 668	32 668 479	89 062 145	37 939 228	(5 170 030)	213 762 034	
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	130 000 000	5 140 668	32 668 479	89 062 145	37 939 228	(5 170 030)	213 762 034	
RECONHECIMENTO DO PERÍODO									
Resultado líquido do período							(4.984.870)	(4.984.870)	
RESULTADO EXTENSIVO	2								
OPER. C/DETEMT. CAPITAL NO PERÍODO									
Realização de capital social									
Ajustamento por imposto diferido	3				(4.529.891)	5.971.261		1.441.370	
OUTRAS OPERAÇÕES									
correções relativas a períodos anteriores									
Aplicação do Resultado do ano anterior	4					(5.101.441)		(5.101.441)	
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2017	1+2+3+4	130 000 000	5 140 668	32 668 479	84 532 254	37 069 408	(4 984 870)	210 287 123	

RUBRICAS	Notas	Antes da reexpressão							TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
		Capital próprio atribuído aos detentores do capital							
		Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas	Excedentes de Revalorização	Resultados Transitados	Resultado líquido do período		
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	12	118 024 695	5 140 668	32 668 479	119 531 419	(98 051 600)	(6 285 601)	171 028 060	
Resultado líquido do período							(5.170.030)	(5.170.030)	
RESULTADO EXTENSIVO	2								
OPER. C/DETENT. CAPITAL NO PERÍODO									
Intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	
respectivas variações		-	-	-	35.457.235	-	-	35.457.235	
Realização de capital social	12	11.975.305						11.975.305	
Ajustamento por imposto diferidos	3					6.039.855		6.039.855	
OUTRAS OPERAÇÕES									
Correções relativas a períodos anteriores									
Aplicação do Resultado do ano anterior	4					24.118.984		24.118.984	
						(6.285.601)		(6.285.601)	
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2016	1+2+3+4	130 000 000	5 140 668	32 668 479	154 988 654	(74 178 362)	(5 170 030)	243 449 409	
POSICÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	1	130 000 000	5 140 668	32 668 479	154 988 654	(74 178 362)	(5 170 030)	243 449 409	
RECONHECIMENTO DO PERÍODO									
Resultado líquido do período							(4.984.870)	(4.984.870)	
RESULTADO EXTENSIVO	2								
OPER. C/DETENT. CAPITAL NO PERÍODO									
Realização de capital social									
Ajustamento por imposto diferidos	3								
						(5.170.030)		(5.170.030)	
OUTRAS OPERAÇÕES									
correções relativas a períodos anteriores									
Aplicação do Resultado do ano anterior	4								
						(5.170.030)		(5.170.030)	
POSICÕES NO FIM DO PERÍODO 2017	1+2+3+4	130 000 000	5 140 668	32 668 479	154 988 654	(79 348 392)	(4 984 870)	238 464 539	

NOTA 13 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Empréstimos Bancários		
Passivo Não Corrente	60 041	66.700
Locações Financeiras		
Passivo Não Corrente	1 042	709
Subtotal	61 083	73 444
Empréstimos Bancários		
Passivo Corrente	6 554	6.034
Locações Financeiras		
Passivo Corrente	576	1.516
Sub-total	7 130	81 703
TOTAL	68 212	155 146

(i) Banco Comercial do Atlântico – financiamento de mESC 84 000

O saldo de mESC 54 916, respeitante a um empréstimo obtido em 14 de outubro de 2011 para a conclusão das obras de remodelação e expansão do edifício onde funciona a Sede, sito no Plateau. Vence juros à taxa de juro nominal de 6,9% ao ano, acrescida de um spread fixo de 0,2291 por cento, correspondente ao BCAINDEX seis meses. É amortizado em 180 (cento e oitenta) prestações mensais de capital e juros de mESC 741, com início em julho de 2014 e término em julho de 2020.

Para afiançar o reembolso do empréstimo, nas condições e prazos contratados, a Sociedade aceitou o reforço de hipoteca sobre um prédio urbano situado no Plateau – Praia, com valor matricial de mESC 145 000.

(ii) Banco Comercial do Atlântico – financiamento de mESC 16 731

O saldo de mESC 11 678, corresponde a um reforço de crédito no valor de mESC 16 731, de acordo com o contrato rubricado em 5 de fevereiro de 2013, destinado à liquidação das faturas dos trabalhos a mais do edifício onde funciona a Sede. Vence juros a uma taxa indexada à taxa de cedência de liquidez

do Banco de Cabo Verde, de 8,75%, acrescida de um spread de 1%, variável em função das flutuações do indexante. É amortizado em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais de capital e juros de mESC 183, com início em janeiro de 2012;

Para garantir a restituição do empréstimo, nas condições e prazos contratualizados, a Sociedade aceitou constituir 2 (duas) hipotecas sobre um prédio urbano situado no Plateau – Praia, com valor matricial de mESC 145 000.

(iii) Banco Comercial do Atlântico – Locação Financeira mESC 3 300

O saldo de mESC 1 618 corresponde a um financiamento em Leasing de uma viatura no valor de mESC 3 300, de acordo com o contrato rubricado em 22 de julho de 2017, destinado à aquisição de uma viatura zero Km para o Administrador Executivo da INCV. Vence juros a uma taxa indexada ao BCAINDEX 6M, acrescida de um spread que perfaça a taxa de 7%, variável, semestralmente, de acordo com as flutuações do indexante. É amortizado em 60 (sessenta) prestações mensais de capital e juros, sobre o qual incide o IVA em vigor (15%) de mESC 63 723, com início a 22 de novembro de 2017;

NOTA 14 – FORNECEDORES

A decomposição do saldo desta rubrica é evidenciada como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda	21 410	-
CAVEX - Trade e Sourcing, Lda	11 128	-
GRAFOPEL	7 552	5.050
Outros (Valores individuais reduzido)	2 463	1.099
TACV, S.A.	846	525
Câmara Municipal da Praia	788	788
ELECTRA, SARL	549	588
JMT auto 's Reparação e Manutenção	368	54
Prime Consulting, S.A.	351	140
PUBLICOM - Marketing & Pub., Lda	318	318
EME - Marketing, Lda	260	260
Scryptus_1	151	103
CV Telecom	142	191
Domínio Gráfica Repórter	72	-
Tipografia Santos	54	54
TECNICIL Indústria - Soc. Unip., S.A	49	92
INFORSAL. Informática & Telecomunicações	31	72
Primavera Business Software Solutions, SA	-	47
IT Consulting	-	120
Subtotal:	46 532	9 500
Adiantamento a Fornecedores	(62)	(30)
TOTAL:	46 471	9 470

A rubrica de fornecedores conta corrente compreende os fornecedores locais que prestam serviços à Sociedade como aquisição de matérias-primas, marketing, rendas e alugueres, transportes marítimos e terrestres, material e serviços de conservação e reparação, deslocações e estadias e outros fornecimentos para o normal funcionamento da mesma.

NOTA 15 – ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Passivos por impostos diferidos

O valor de 26.666 contos escriturado na rubrica Passivos por impostos diferidos corresponde ao remanescente da parcela de 25% calculada sobre o valor do excedente da revalorização do Armazém da INCV em Achada Grande, e do edifício da INCV no Platô, efetuada em 2008 e 2009, respetivamente, e que vai sendo reduzido sucessivamente à medida que o valor da revalorização vai sendo amortizado.

NOTA 16 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas de produtos acabados e prestações de serviços, efetuadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, distribuem-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Vendas		
Trabalhos diversos com direito à dedução	53 101	34.443
Produtos - Venda-a-dinheiro Isento	4 825	13.607
Devoluções de venda	0	-
Subtotal	57 926	48 051
Prestação de serviços		
Publicações no Boletim Oficial	83 882	56.225
Rateio - empresas no dia	2 778	2.728
Assinatura de Boletim Oficial	45	133
Subtotal	86 706	59 087
TOTAL	144 631	107 137

NOTA 17 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Prestação de Serviço (i)	3 442	-
Conservação e reparação (ii)	3 262	7 890
Eletricidade (iii)	2 770	3 289
Material & Serviços Informáticos (iv)	1 758	504
Comunicação	1 441	1 912
Rendas e Alugueres	1 064	24
Outros fornecimentos e serviços	1 006	1 650
Combustíveis e outros fluidos	947	878
Deslocações e estadas	922	489
Água	716	651
Honorários	483	-
Publicidade de Propaganda	322	-
Material de escritório	293	310
Seguros	278	298
Limpeza, higiene e conforto	271	192
Outros (valor individual reduzido)	220	2 361
Serviços bancários	188	134
Contencioso e notariado	65	1
TOTAL	19 447	20 583

(i) Prestação de Serviços

Esta rubrica incorpora, basicamente, os gastos relativos ao serviços prestado por terceiros no cumprimento da missão empresarial.

(ii) Conservação e Reparação

Os saldos destas rubricas incluem, essencialmente, gastos do período destinados à manutenção dos ativos da Sociedade, pelo consumo de peças de reposição, outros materiais, serviços de conservação de veículos, de equipamentos básicos e administrativos.

(iii) Eletricidade

Esta conta corresponde ao total dos gastos com o consumo de eletricidade na loja, no Plateau, e na Sede, sito em Achada Grande Frente.

(iv) Materiais e Serviços informáticos

Esta rubrica incorpora, basicamente, ao total dos gastos relativos ao consumo dos materiais e serviços informáticos no loja, reparações de computadores entre outros no Plateau, e na sede, sito em Achada Grande Frente.

NOTA 18 – GASTOS COM O PESSOAL

O saldo correspondente a esta rubrica é demonstrado conforme detalhe abaixo:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Ordenados	47 338	44 038
Encargos sobre remunerações	9 155	9 325
Remunerações dos corpos gerentes	6 283	6 707
Outras despesas com o pessoal	1 415	620
Remunerações adicionais	849	6 502
Ajudas de Custos dos corpos gerentes	603	225
Indeminizações	584	-
SOAT	310	
Senhas - Assembleia Geral	57	0
TOTAL	66 594	67 417
Número de empregados	65	65

A variação negativa dos gastos com o pessoal, de aproximadamente 1%, deve-se à saída de colaboradores por licença sem vencimento e reforma por idade.

NOTA 19 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Outros Rendimentos e Ganhos		
Rendimentos em propriedades investimento (i)	15 600	15 600
Rendimentos Outros prédios urbanos	6 510	1 765
Outos rendimentos	200	21
TOTAL	22 310	17 386

- (i) Corresponde ao arrendamento do imóvel da antiga Sede, no Plateau, ao Ministério da Finanças e em mESC 15 600 desde de 2017 ao Ministério das Finanças e Administração Pública.

NOTA 20 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica é analisada como se segue:

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Outros Gastos e Perdas		
Correções Relativas a Períodos Anteriores	2 335	455
Outros gastos de valor individual e reduzido	3 494	230
Impostos Selo	173	178
IUP - Imposto Único sobre Património	788	788
TOTAL	6 790	1 650

NOTA 21 – JUROS E PERDAS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e perdas similares respeitam essencialmente a gastos com financiamentos obtidos (ver Nota 13).

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Ganhos e Rendimentos		
Juros e Perdas Similares Suportados	10	9
Subtotal	10	9
Perdas e Gastos		
Juros e Gastos similares suportados	(4 662)	(5 062)

NOTA 22 – PROVISÕES

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Não Corrente		
Privisão (Reest. de Pessoal_Pré Reforma)	19 126	-
Corrente		
Privisão (Reestrut. de Pessoal_Pré Reforma)	89 029	-
TOTAL	108 155	0

a) O Decreto-Lei n.º3-2018, de 9 de janeiro de 2018 regula o regime de aposentação antecipada especial dos trabalhadores da INCV. De acordo com o n.º1 do artigo 7º do referido diploma, os encargos com as pensões de aposentação antecipada são assumidos pela INCV, a qual cabe, ainda

comparticipar com as contribuições a seu cargo destinadas ao financiamento do sistema de previdência e devidas em relação a cada um dos 21 (vinte e um) trabalhadores beneficiados.

b) A provisão para o programa de pré-reforma por mútuo acordo representa o valor descontado dos encargos totais com a pré-reforma dos referidos 21 trabalhadores da INCV. A taxa de desconto utilizada foi de 6,9%, corresponde à taxa média dos financiamentos obtidos pela Sociedade, nos últimos anos. Os pagamentos futuros, incluindo os descontos anuais, são apresentados no quadro a seguir:

Moeda: CVE

Reestruturação do pessoal-Programa Prè-reforma por mútuo acordo			
Ano	Valor a pagar	Desconto	Valor descontado
2019	20.445.139	1.319.658	19.125.481
2020	18.440.240	2.303.672	16.136.567
2021	17.356.432	3.148.616	14.207.817
2022	16.532.720	3.872.726	12.659.994
2023 e seguintes	75.048.022	29.022.211	46.025.811
	147.822.553	39.666.884	108.155.669

NOTA 23 – ACRÉSCIMOS

Os acréscimos e diferimentos, em 2018 e 2017, decompõem-se como segue.:

DESCRIÇÃO		mESC	
		2018	2017
1 - Ativos			
Outros devedores	264 - Ativos por impostos diferidos	-	-
TOTAL		-	-
2 - Passivos			
Férias e Sub. de Férias	276 - Acréscimos de gastos com o pessoal	5 784	10 389
Diferimentos	281 - Gastos a Reconhecer	2 077	1 706
TOTAL		7 861	12 095

NOTA 24 – GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E CONSUMIDAS

DESCRIÇÃO	mESC	
	2018	2017
Inventário inicial	38 859	40 049
Compras	33 348	15 139
Inventário final	(45 520)	(38 858)
Gastos c/ Matérias-prima e Subsidiárias	26 687	
Outros produtos de consumo		
Sub-contratos relacionados c/ a produção	22 439	81
Imparidade de Matérias-primas	(2 463)	
TOTAL	49 126	16 411

NOTA 25 – PARTES RELACIONADAS

1. À parte as transações com os setor público administrativo, com as Câmaras Municipais e com a Direção Geral das Contribuições e Impostos, não existem outras transações de realce com o acionista Estado, em particular.

2. Não existem transações entre a Sociedade e os titulares dos Órgãos Sociais da Entidade.

NOTA 26 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não foi identificada nenhuma, para além do Relatório de Gestão e a composição dos Órgãos Sociais.

NOTA 27 – OUTRAS INFORMAÇÕES

1. Em abril de 2018, foi retificado o acordo de pagamento da dívida, por contribuições em atraso, com o Instituto Nacional de Previdência Social, em que, a Sociedade, compromete-se a pagar o remanescente à data, no montante de mESC 54 770, referente ao total de contribuições em dívida.

2. O remanescente da dívida acima referida será amortizada em: (a) mESC 10 800, em 36 (trinta e seis) prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira prestação em 30 de março de 2018 e a última em 28 de março de 2021; e (b) o remanescente da dívida mESC 45 933 em 84

(noventa e seis) prestações iguais, mensais e consecutivas, no montante de *mESC* 546,8 vencendo a primeira prestação em 30 de Abril de 2021 e a última em 28 de março de 2028.

Praia, 15 de abril de 2019

O Conselho de Administração :

O Contabilista Certificado,

Miguel Hochimini Almeida Pires Semedo
/ Presidente do Conselho de Administração /

/ Luciano Soares Rosa /

Margarito Augusto Brito Martins Tavares
/ Administrador Executivo /

Vitalzinho Vieira Landim
/ Administrador Não Executivo /



ANEXO \$

ATA DE APROVAÇÃO DE CONTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA n.º 02/2019

REUNIÃO DO CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

ATA nº 02/2019

Dia: 18 de abril de 2019

Hora: 15h30 min

Local: Instalações da INCV em Achada Grande frente

Presenças:

- PCA, Dr. Miguel Ho Chi Mini Semedo
- Administrador Executivo, Eng.º Margarito Augusto Tavares
- Administrador não Executivo, Dr. Vitalzinho Landim

Ordem do dia:

1. Aprovação do Relatório e Contas referente ao ano de 2018

Ponto 1: Aprovação do Relatório e Contas referente ao ano de 2018

Após a apresentação e discussão do Relatório e Contas referente ao ano de 2018, o Conselho da Administração deliberou a sua aprovação.

A reunião deu por encerrada às 16h30 min.

O Presidente do Conselho de Administração

/Miguel Semedo/

O Administrador Executivo

/Margarito Tavares/

O Administrador Não Executivo

/Vitalzinho Landim/



ANEXO 1

RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Exmo. Acionista e Conselho de Administração da
INCV-Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA

Opinião com reservas

1. Auditámos as demonstrações financeiras da INCV-Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA (“INCV” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018, e a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e o anexo contendo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

2. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da INCV em 31 de dezembro de 2018, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com as Normas de Relato Financeiro de Cabo Verde.

Bases para a opinião com reservas

3. Não obtivemos confirmação externa e não pudemos confirmar por meios alternativos as dívidas da maioria dos clientes da Sociedade, constituída por serviços públicos, pelo que não pudemos certificar o valor escriturado da conta Clientes, constante do ativo do balanço, deduzido do saldo credor relativo a pagamentos de clientes, não identificados, constante do passivo, no montante de 98.255 contos.

4. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas no parágrafo “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras” abaixo, neste relatório. Somos independentes da Sociedade, de acordo com os requisitos éticos que são relevantes para nossa auditoria das demonstrações financeiras, expressos no Código de Ética e Deontologia Profissional dos Contabilistas e Auditores Certificados de Cabo Verde, e cumprimos nossas outras responsabilidades éticas de acordo com o citado Código de Ética. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

5. Chamamos a atenção para as seguintes divulgações no Anexo:

5.1. A Nota 12 alínea b) do Anexo refere a erros de contabilização dos movimentos anuais relativos à revalorização dos edifícios da Sociedade, nos exercícios de 2013 a 2016, incluindo a anulação do saldo total da conta Passivos por Impostos Diferidos, em 2016. Houve a necessidade de corrigir retroativamente os erros acima referidos, e, pelo facto das contas do exercício 2017 serem apresentadas juntas às contas do exercício 2018, para efeitos comparativos, as contas do exercício 2017 foram reexpressadas, de modo a refletirem a sua correta apresentação, após a correção dos erros supracitados. A nossa opinião não é modificada no que respeita a esta matéria.



5.2. A Nota 22 alínea a) do Anexo faz menção a um programa de reforma antecipada por mútuo acordo, ao abrigo do Decreto-Lei nº 3/2018 de 9 de janeiro de 2018, o qual abrangeu 21 trabalhadores da INCV, em que os encargos com as pensões de aposentação antecipada ficam a cargo da Sociedade, à qual cabe, ainda, comparticipar para o sistema de previdência social em relação aos trabalhadores beneficiados pelo programa. Foi constituída uma provisão para o programa de reforma antecipada por mútuo acordo, pelo valor descontado dos encargos totais com o referido programa, no total de 108.155 contos. Os pagamentos futuros, incluindo os descontos anuais, estão divulgados na supracitada Nota do Anexo. A nossa opinião não é modificada no que respeita a esta matéria.

Outras Informações

6. O Conselho de Administração da INCV é responsável pela elaboração do relatório de gestão da Sociedade, de acordo com o Estatuto e nos termos estabelecidos no Código das Empresas Comerciais. O relatório de gestão em si não inclui as demonstrações financeiras e o respetivo relatório do auditor.

7. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não inclui o relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre o mesmo.

8. Em conexão com a nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura do relatório de gestão e, ao fazer isso, analisar se a informação financeira nele contido é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou pareçam conter erros materiais.

9. Se, baseado no trabalho efetuado, concluímos que há erros materiais na informação financeira contida no relatório de gestão, devemos relatar esse facto. Nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades pelas demonstrações financeiras

10. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Relato Financeiro de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

11. Na preparação das demonstrações financeiras o Conselho de Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade das operações e à utilização do pressuposto contabilístico da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tenciona liquidar a Sociedade ou cessar as operações ou não tem alternativa realista senão fazê-lo.

12. Os encarregados pela governação são responsáveis pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

13. Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas



AUDITEC-SOCIEDADE DE AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Registada na Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados

ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

14. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

14.1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

14.2. Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.

14.3. Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

14.4. Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto contabilístico da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas operações.

14.5. Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

15. Informamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Praia, 16 de Abril de 2019

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Representada por
Dr. João Marcos Alves Mendes
Auditor Certificado-Cédula Profissional nº 4

ANEXO 2:

Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

1. Nos termos do Código das Empresas Comerciais e dos Estatutos e na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o relatório sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Imprensa Nacional de Cabo Verde, S.A. (INCV), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
2. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da empresa, nomeadamente, (i) tomámos conhecimento das principais decisões do Conselho de Administração, lavradas em atas de reuniões desse órgão, com vista a garantir a observância da lei e dos estatutos, (ii) verificámos a razoabilidade dos registos e documentação contabilística relevante numa base regular, (iii) verificámos o cumprimento das obrigações fiscais e parafiscais, (iv) analisámos o controlo orçamental e acompanhámos a execução do plano de atividades, (v) iniciámos a nossa verificação da razoabilidade e eficácia do sistema de controlo interno relevante, com destaque este ano para levantamento de procedimentos realizado na Direção Administrativa e Financeira, (vi) analisámos com especial atenção o projeto da gráfica de segurança e o processo de pré-reforma de 21 trabalhadores por mútuo acordo e (vii) em resultado de encontros com a Administração, Direção Administrativa e Financeira e outros elementos chave, obtivemos todos os esclarecimentos que entendemos necessários e relevantes, numa base regular.
3. Participámos ainda numa reunião com o representante do Auditor Independente para nos inteiramos dos trabalhos desenvolvidos e apreciamos o respetivo relatório, com o qual concordamos. Verificámos que o relatório apresenta (i) uma reserva relativa à impossibilidade de obtenção de confirmação de saldos de Clientes no montante de 98.255 milhares de escudos e (ii) duas ênfases relativas (a) à necessidade de reexpressão das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2017 devido a erros de contabilização relacionados com revalorização de ativos e impostos diferidos e (b) ao reconhecimento dos encargos relacionados com o processo de pré-reforma dos 21 trabalhadores no montante de 108.155 milhares de escudos.
4. Constatámos um agravamento do resultado líquido negativo face ao ano anterior, fixando-se nos 108.479 milhares de escudos negativos em 2018, relacionado sobretudo com o reconhecimento em 2018 do valor descontado da totalidade dos montantes a pagar aos 21 trabalhadores no âmbito do processo de pré-reforma referido nos pontos 2. e 3. acima.
5. Apraz-nos constatar que o ano de 2018 fica também marcado (i) pelo desenvolvimento dos estudos de base que validam a decisão de implementação do

projeto da gráfica de segurança, objetivo ambicioso e de suma importância para a INCV e para Cabo Verde, bem como (ii) pela elaboração de um plano de negócios para os próximos 5 anos, refletindo a execução desse importante projeto. Como órgão de fiscalização e cientes dos riscos e responsabilidades associados, procederemos ao adequado acompanhamento da execução do projeto.

6. No desenvolvimento da nossa função fiscalizadora, verificámos que:

- 6.1 as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- 6.2 as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- 6.3 o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos;
- 6.4 a proposta de aplicação de resultados encontra-se em conformidade com as disposições contratuais, legais e estatutárias.

7. Embora reconhecendo as limitações associadas ao facto de termos iniciado as nossas funções já no segundo semestre de 2018 e da atividade da INCV não ter sido sujeita a fiscalização nos anos anteriores, entendemos que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressar o nosso parecer sobre os documentos a serem apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral. Nestes termos, somos do parecer que:

- 7.1 seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;
- 7.2 sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- 7.3 seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados.

Cidade da Praia, 7 de junho de 2018

O Fiscal Único



Bruno Miguel Delgado Gomes Lopes
Auditor Certificado nº 31